DOIS CAPÍTULOS

PEDRO CAMARGO NETO*

A análise de acontecimentos passados mostra que, em momentos em que o Governo reduziu o seu controle e eliminou distorções que afetavam o agro, o setor respondeu com desenvolvimento econômico.

NÃO SE trata de uma resenha – que seria elogiosa – sobre a publicação "Uma jornada pelos contrastes do Brasil: cem anos do Censo Agropecuário". Os interessados pela história da agropecuária devem ler a publicação do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea). Conhecer o passado é essencial para enxergar o futuro. A história não se repete, mas oferece um amplo conhecimento.

Os desafios futuros do setor são imensos. Entendemos que sempre há temas a serem observados como relevantes na construção do setor. Destacamos dois capítulos das políticas governamentais que chamam a atenção e cuja melhor compreensão nos auxilia a olhar, agora, para o futuro.

LEI KANDIR, EM SETEMBRO DE 1996

Apresentada pelo então deputado Antônio Kandir, a Lei Complementar (LC) nº 87 foi aprovada quando ele já era ministro do Ministério do Planejamento do governo de Fernando Henrique Cardoso. Determinante para isso, foi a participação do então secretário da Secretaria de Política Econômica do Ministério da Fazenda (SPE/MF), José Roberto Mendonça de Barros, competente economista reconhecedor do valor da agropecuária. Tratava-se de uma resposta estruturante à crise cambial existente naquele momento, com uma forte pressão sobre a competitividade do setor. O reconhecimento desse trabalho deveria determinar a maneira como chamamos a importante e única até hoje reforma tributária da agropecuária.

A LC nº 87/96 isentou do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) os produtos primários destinados à exportação. O setor de processamento de óleos vegetais, por exemplo, perdeu a vantagem da taxação de uma alíquota menor na exportação quando comparada à do grão. Na época, a localização das unidades industriais era um resultado das distorções causadas pelos incentivos estaduais ao ICMS.

Até hoje, os estados reclamam do que chamam de perda de receita. O pensamento sobre os benefícios de agregar valor ao produto primário é sempre lembrado. Esquecem-se de mencionar que a competitividade da operação de agregação de valor, sempre importante, não pode ser custeada penalizando o produto primário.

A produção de soja atual reflete essa reforma tributária. A competitividade do grão ampliou a produção e a exportação, gerando desenvolvimento e riqueza nas regiões, em particular o Centro-Oeste. São resultados da Lei Kandir-Mendonça de Barros. Seria interessante um estudo que simulasse o reverso. Qual seria a produção, e em que regiões, se tivesse sido mantida a tributação na exportação do grão?

Seria importante conhecer mais sobre esse impacto. O resultado da produção de soja permitiu melhores Índices de Desenvolvimento Humano (IDH) em muitas regiões do País. Com uma arrecadação fiscal ampliada, vieram o crescimento e o enriquecimento econômicos. Pressionar o orçamento da União pleiteando recursos por haver um entendimento de prejuízo pela exportação de produtos primários é uma atitude equivocada.

PLANO COLLOR, EM MARÇO DE 1990

O ex-presidente Fernando Collor de Melo será sempre lembrado pelo processo de *impeachment*. Nos primeiros dias do seu governo, promoveu uma significativa reforma liberalizante e macroeconômica, com um profundo impacto positivo sobre o setor agropecuário. É interessante elaborar as inúmeras transformações ocorridas.

Collor promoveu uma abertura econômica, a única até os dias de hoje, reduzindo alíquotas de imposto de importação de produtos. O setor agropecuário, que já tinha alíquotas baixas para os seus produtos e alíquotas altas para os seus insumos e equipamentos, acabou beneficiado. A maior exposição ao mercado internacional trouxe transformações à indústria de insumos, máquinas e equipamentos utilizados pelo setor.

As alterações importantes na desregulamentação criaram condições para a modernização dos portos. Houve uma redução significativa nos custos, com benefícios à exportação. Terminais graneleiros privados e de contêineres foram construídos em portos novos e já



SHUTTERSTOCK

existentes. Faltou realizar – e, hoje, estão sendo realizados – os investimentos na infraestrutura de transporte.

A extinção da Carteira de Comércio Exterior (CACEX), do Banco do Brasil (BB) – órgão de administração autárquica no comércio exterior, usualmente com viés antiagrícola – concretizou-se com o suposto argumento de agregar valor ou reduzir o impacto inflacionário sobre a exportação dos produtos primários.

Em relação ao Instituto do Açúcar e do Álcool (IAA), é importante destacar os impactos da sua eliminação. O comércio exterior era todo realizado com a intervenção dessa estatal, que adquiria o açúcar das usinas dos estados do Nordeste para a exportação. A região Centro-Sul, extremamente competitiva, era proibida de exportar. O Brasil se tornou o maior exportador mundial em poucos anos como resultado dessa liberalização.

As usinas possuíam quotas para a produção de açúcar, enquanto os produtores tinham quotas para a produção de cana-de-açúcar. Ambos os tipos de quota eram administrados, um a um, de acordo com o plano anual elaborado pelo IAA. O crescimento do processamento industrial e agrícola era todo administrado e controlado.

Os preços do açúcar e da cana-de-açúcar eram fixados pelo governo federal. O processo de liberalização de preços ocorreu primeiro com o açúcar, sendo que os preços permaneceram administrados na cana-de-açúcar, por meio da planilha dos custos de produção desenvolvida pela Fundação Getulio Vargas (FGV). A transição levou o setor industrial a propor – e os produtores a aceitarem – um interessante mecanismo contratual que incorporou o índice que correlaciona o preço do produto agrícola ao do industrializado e que é conhecido como Açúcares Totais Recuperáveis (ATR), definido pelo Conselho dos Produtores de Cana-de-Açúcar, Açúcar e Etanol do Estado de São Paulo (CONSECANA-SP).

O processo de extinção do Instituto Brasileiro do Café (IBC) eliminou os controles na exportação. A liberalização dos mercados e a diferenciação por qualidade, antes inibidas pela forte intervenção estatal, prosperaram.

Não seria possível deixar de mencionar, também, as medidas heterodoxas de congelamento das contas bancárias e manipulação dos índices de correção dos contratos, com uma distorção forte dos ativos e dos passivos dos agricultores. O pesado endividamento criado levou muitos anos para ser absorvido, com sequelas entre os setores mais frágeis de produtores. ■

* Produtor e liderança rural